

**QUINZE ANOS DO CNE:
TESTEMUNHOS
DOS MINISTROS DA EDUCAÇÃO,
E DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR**

Quinze Anos do CNE: Testemunhos dos Ministros da Educação, e da Ciência e do Ensino Superior

Ministro da Educação

Prof. Doutor José David Gomes Justino

Os 15 anos do Conselho Nacional de Educação que se comemoram são razão de celebração e de optimismo. De celebração, porque avaliando a produção do Conselho ao longo deste período devemos, de facto, felicitar-nos pelo contributo determinante que deu à causa da educação em Portugal. De optimismo, porque a qualidade dessa produção e a maturidade atingida levam-nos a esperar que esse contributo seja cada vez maior.

A criação do Conselho Nacional de Educação teve como principal objectivo a existência de um órgão que fosse largamente representativo e que possibilitasse uma discussão ampla sobre a Educação em Portugal. Partiu-se da premissa que a educação deve ser uma responsabilidade e uma prioridade nacionais, e que deve implicar toda a comunidade. Transcende assim em muito, os limites ministeriais, isto porque, não se trata apenas de currículos, conteúdos e programas, nem somente de organização educativa; a questão é muito mais vasta e liga-se com a mudança das mentalidades. Com a valorização do conhecimento e da escola, a importância da qualificação, o reforço dos valores da cidadania, para que os nossos alunos sejam cada vez mais conhecedores, mais capazes, mais qualificados e, portanto, mais livres.

Ao longo destes 15 anos o Conselho Nacional de Educação tem não só correspondido ao que se pretendia como ultrapassado largamente as expectativas. Neste sentido, permitam-me que saude todos os presidentes que durante este período assumiram essa responsabilidade e que os felicite

pelo excelente trabalho que foi realizado. Todos foram dedicados na prossecução da missão que lhes tinha sido confiada e determinantes nos contributos diversificados que deram ao Conselho e que fazem dele o *forum* privilegiado de debate da Educação em Portugal, que ele hoje é. De facto, pela sua própria composição, abrangente e plural, o CNE foi o epicentro dos grandes temas e dos grandes desafios da educação. A amplitude da representação poderia ter tolhido a produção do Conselho, mas tal não ocorreu. As opiniões díspares que no seu seio surgiram, foram debatidas e os compromissos, quando era esse o caso, foram atingidos. Esta diversidade de representação permite a afirmação de um objectivo estratégico prioritário: a afirmação do Conselho Nacional de Educação como um espaço de concertação.

A importância conferida ao Conselho na Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, que aprova o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior, desenvolvendo o regime previsto na Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), deve ser sublinhada. Nesse documento é preconizada a existência de uma comissão especializada permanente que funcione como um observatório da avaliação, não só no estudo dos parâmetros e normas relativas à auto-avaliação como na aferição da eficácia do sistema. A avaliação deve assim, ser encarada sob a dupla vertente, intrínseca e extrínseca, de auto-correcção e de regulação, concorrendo ambas para o mesmo objectivo: a eficácia do sistema educativo português.

Julgamos que para a concretização daquele objectivo, o contributo do Conselho Nacional de Educação é determinante.

Apostamos numa tradição de diversidade, numa herança de debate frutuoso e de consensos plurais. Esta é a realidade que queremos manter e desenvolver. O Conselho como um órgão superior consultivo do Ministério da Educação, com a responsabilidade inerente que isto implica mas que, em simultâneo, tenha sempre uma grande independência. Assim se garante um espaço qualificado que permita uma contínua reflexão sobre o estado da

educação e que faça a sua perspectiva evolutiva. Que o Conselho Nacional de Educação sirva de referência, mas que, sobretudo, concretize o feixe de pensamento dos diversos vectores sociais que são participantes do processo educativo é o nosso voto.

Ministro da Ciência e do Ensino Superior

Prof. Doutor Pedro Lynce de Faria

Na minha qualidade de Ministro da Ciência e do Ensino Superior é um enorme prazer dar um testemunho sobre o Conselho Nacional de Educação, por ocasião do seu décimo quinto aniversário.

Em jeito de balanço direi que estes 15 anos do CNE foram marcados em primeiro lugar por um exemplo de uma grande vivência democrática. Enquanto órgão consultivo, o CNE nem sempre teve a merecida visibilidade, mas todos aqueles que como eu puderam participar como conselheiro na elaboração de pareceres e jornadas de reflexão puderam confirmar o espaço de liberdade e a pluralidade de opiniões que sempre caracterizaram o Conselho Nacional de Educação. Enquanto órgão consultivo nunca deixou com independência de avaliar, estudar, recomendar e prospectivar medidas para a Educação.

Temos consciência, todos nós, que a Educação a todos os níveis, Básico, Secundário, ou Superior, é hoje o motor do nosso desenvolvimento.

Muitas vezes se tem confundido investimento em Educação com questões orçamentais. Esta visão redutora tem embotado a visão de problemas mais graves, como, no caso particular do Ensino Superior, são uma rede desordenada, uma avaliação deficiente, uma autonomia a necessitar de aperfeiçoamento, regras de financiamento ultrapassadas, uma oposição entre os sistemas público e privado, entre universidades e politécnicos, que não tem razão de existir.

Estas são questões de fundo hoje prementes que não podemos adiar mais.

Já fui conselheiro com muita honra, hoje sou um dos aconselhados.

Espero do Conselho Nacional de Educação como sempre um contributo isento, independente e plural, sobre todas estas questões. Penso

que em matéria de Educação, pela sua transversalidade, todas as decisões de política educativa deverão ser acompanhadas, na medida do possível, por um largo consenso de todas as forças democráticas. Pela importância que reconheço a todos os agentes educativos, professores, alunos, funcionários, famílias, sociedade, já este ano o Ministério a que presido alargou o debate a todas as instâncias sobre as reformas em curso no âmbito do Ensino Superior. Dada a complexidade destas matérias, cujos efeitos se dilatam no tempo, dar voz aos seus interlocutores directos foi a metodologia aplicada. O Conselho Nacional de Educação é por mim considerado um parceiro incontornável pelos seus prestimosos contributos assentes numa base de reflexão e discussão já amadurecidas por 15 anos de existência.

Numas breves palavras, por último, quero, em meu nome pessoal, destacar algumas personalidades que pela relevância do seu trabalho muito deram ao Conselho Nacional de Educação.

Em primeiro lugar, o Prof. Mário Pinto, que presidiu à sua criação e percebeu desde logo a importância do Conselho Nacional de Educação como um fórum de discussão livre e aberta da Educação, que sempre considerou um desígnio nacional.

Em segundo lugar, o Prof. Barbosa de Melo, que lhe sucedeu na presidência, e que elevou o Conselho Nacional de Educação a um espaço de cultura e concertação.

Em terceiro, o Professor Marçal Grilo, que percebeu que a Educação não é um reduto fechado, pelo contrário, pelo seu efeito ampliador, envolve toda a sociedade, e na qual todos nós, cada um à sua escala, têm uma palavra a dizer.

Por último, a Prof.^a Teresa Ambrósio, que lutou também por um papel mais visível do Conselho Nacional de Educação que não se resumisse a um pequeno comité de sábios que amiúde expressam umas opiniões. Bem hajam todos por aquilo que deram ao Conselho Nacional de Educação, pela sua generosidade e empenho.

Ao meu amigo Prof. Manuel Porto, hoje Presidente do CNE, reitero a minha disponibilidade total e votos de um mandato que eu espero se associe a grandes e boas reformas na Educação.

